

Violência Doméstica no Jornalismo Paraense Durante a Pandemia de COVID-19

Violencia Doméstica en el Periodismo Paraense Durante la Pandemia de COVID-19

Domestic Violence in Pará Journalism During the COVID-19 Pandemic

Lorena Coelho de Oliveira

Regina Lúcia Alves de Lima

Resumo: A pesquisa investiga a cobertura da violência doméstica no portal *OLiberal* durante o primeiro ano da pandemia de COVID-19. O referencial teórico é baseado em Saffioti (2015), Pateman (1993) e Wolf (1994). Foram analisadas 06 notícias de janeiro a dezembro de 2020, por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Objetivo é compreender como essa problemática é abordada na Amazônia, bem como identificar as estratégias jornalísticas utilizadas; definir um perfil das mulheres; definir um perfil dos homens. A abordagem é superficial, pouco engajada na luta contra a violência, com predomínio de vítimas brancas – destacando a invisibilidade racial, culpabilizadora, que se utiliza de narrativas do crime passionai como justificativa à violência, carente de dados relevantes sobre o perfil das vítimas e de seus agressores, e com predomínio do uso de fontes oficiais e institucionais.

Palavras Chave: Violência Doméstica. Jornalismo. Valor-notícia. Cultura da Violência.

Resumen: La investigación analiza la cobertura de la violencia doméstica en el portal *OLiberal* durante el primer año de la pandemia de COVID-19. El marco teórico se basa en Saffioti (2015), Pateman (1993) y Wolf (1994). Se analizaron seis noticias de enero a diciembre de 2020, mediante el análisis de contenido (BARDIN, 2011). El objetivo es comprender cómo se aborda esta problemática en la Amazonía, así como identificar las estrategias periodísticas utilizadas; definir un perfil de las mujeres; definir un perfil de los hombres. El enfoque es superficial, poco comprometido con la lucha contra la violencia, con predominio de víctimas blancas, destacando la invisibilidad racial, culpabilizador, que utiliza narrativas de crímenes pasionales como justificación de la violencia, carente de datos relevantes sobre el perfil de las víctimas y sus agresores, y con predominio del uso de fuentes oficiales e institucionales.

Palabras Claves: Violencia doméstica. Periodismo. Valor de la noticia. Cultura de la violencia.

Abstract: The research investigates the coverage of domestic violence on the *OLiberal* portal during the first year of the COVID-19 pandemic. The theoretical framework is based on Saffioti (2015), Pateman (1993), and Wolf (1994). Six news stories from January to December 2020 were analyzed using content analysis (BARDIN, 2011). The objective is to understand how this issue is addressed in the Amazon, as well as to identify the journalistic strategies used; define a profile of women; define a profile of men. The approach is superficial, with little engagement in the fight against violence, with a predominance of white victims—highlighting the racial invisibility, blaming, using narratives of crime of passion to justify violence, lacking relevant data on the profile of victims and their aggressors, and with a predominance of official and institutional sources.

Keywords: Domestic Violence. Journalism. News Value. Culture of Violence.

Lorena Coelho de Oliveira – Jornalista pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: lorenaoliveiraa12@gmail.com

Regina Lúcia Alves de Lima – Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Pós-doutora em Políticas de Comunicação pela UnB (2018). Professora Associada IV e Vice-Diretora da Faculdade de Comunicação da UFPA. E-mail: reginalima@ufpa.br

INTRODUÇÃO

A violência doméstica (VD) representa um desafio global de saúde pública e uma violação dos direitos humanos das mulheres (OPAS e OMS, 2017). Estimativas da OPAS indicam que aproximadamente 30% das mulheres em todo o mundo enfrentam ou já enfrentaram violência, frequentemente perpetrada por parceiros íntimos do sexo masculino – namorados, maridos. Em circunstâncias normais, esse cenário já reflete a seriedade com que o problema precisa ser abordado.

Entretanto, com a pandemia de COVID-19 e as medidas sociais impostas para a contenção da doença, foi registrado um aumento no que tange a violência no ambiente doméstico contra as mulheres. Um documento da *United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women* estima que, em países como França, Chipre, Singapura e Argentina, o isolamento tenha provocado um aumento de 25% a 30% nos casos de VD (UN WOMEN HEADQUARTERS, 2020). No Brasil, segundo pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020), em 2020, 01 em cada 04 mulheres acima de 16 anos afirmou ter sofrido algum tipo de violência. Isso significa que cerca de 17 milhões de brasileiras (24,4%) sofreram violência física, psicológica ou sexual. O Pará foi o Estado que apresentou o maior índice de VD durante a pandemia, em especial, no primeiro ano da doença. Foi registrado um aumento de 40% no número de feminicídios (FBSP, 2020). Logo, sendo o Estado que mais matou mulheres nesse período.

Diante da realidade regional e da necessidade de discussão sobre o tema, este artigo nasce como fruto da minha graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela UFPA, com a seguinte questão central: Como a violência doméstica é representada pelo jornalismo amazônida? Para responder a esta pergunta, foi definido o corpus analítico, o Portal *OLiberal*, no recorte temporal de janeiro a dezembro de 2020. O objetivo é compreender a abordagem do portal sobre a violência contra a mulher em suas matérias.

A pesquisa apresenta-se relevante para além da urgência de se discutir a violência contra mulheres na Amazônia, pois o jornalismo é considerado um agente facilitador da verdade, capaz de influenciar mudanças significativas na vida das pessoas. Urgentemente, há um percurso midiático a ser trilhado, visando alterar construções que mantêm um *status quo* cruel e sanguinário, persistindo durante anos na sociedade brasileira. Nessa perspectiva, é imperativo que o jornalismo atue como contraponto, evitando ser silenciador das vítimas, tanto em relação às causas quanto às consequências da violência doméstica e familiar.

1. COVID-19 e a Violência Doméstica no Pará

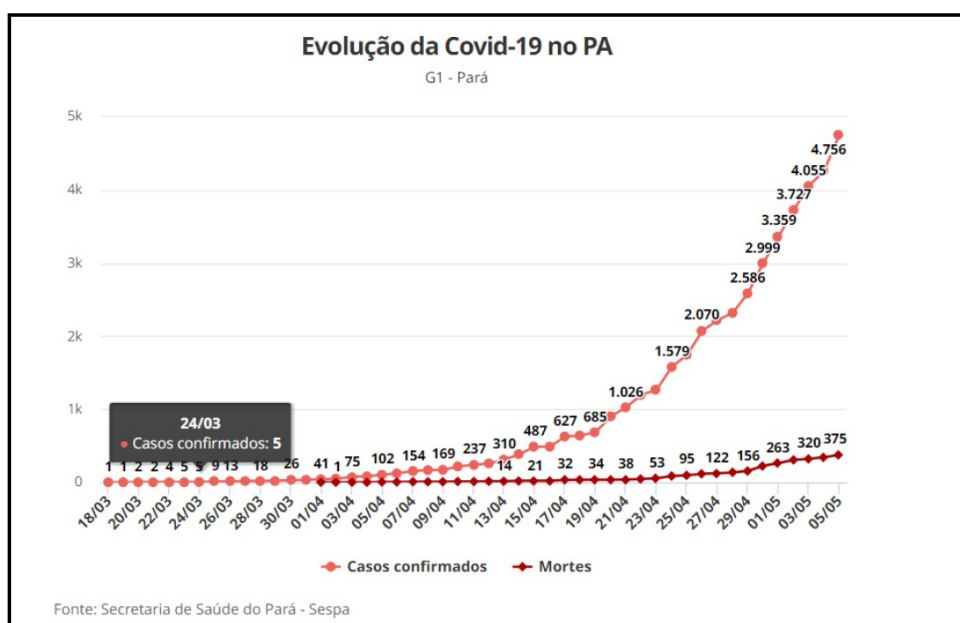
A VD é uma problemática grave enfrentada na região paraense. Dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) apontam que, desde 2015, a violência contra mulheres aumentou 40%. Essa é uma questão estrutural, reflexo da cultura do machismo, onde as mulheres não são consideradas sujeitos sociais (SAFFIOTI, 2015). Um cenário que se agrava quando se apresenta o perfil das mulheres paraenses mais afetadas, mulheres negras, pobres, com baixa escolaridade, moradoras de zonas periféricas – é a intersecção entre gênero, raça, classe social.

O perfil de mulheres vítimas de violência doméstica na Amazônia (CONCEIÇÃO; LEAL; DOS SANTOS, 2024) se concentra na faixa etária de 35 a 64 anos (sendo as de 15 a 44 anos com maior risco de sofrerem violência sexual), com ensino médio completo (40%), sendo a maioria

estudante (15,6%) ou “dona de casa” (21,8%) e 60% das vítimas não possui relacionamento reconhecido legalmente (casamento ou união estável).

Quando analisados os dados de violência dos últimos anos, foi registrada uma queda no número de denúncias de violência doméstica. No Pará, em 18 de março, foi registrado o primeiro caso de COVID-19. Em abril, a Secretaria de Saúde Pública (SESPA) decretou transmissão comunitária do vírus. O número de casos da doença disparou no Pará, obrigando o Governo Estadual a tomar providências para contenção: foram estabelecidas a suspensão de aulas na rede municipal, estadual, nas escolas particulares, bem como a suspensão de serviços não-essenciais; em algumas empresas, foram estabelecidos rodízios de funcionários e redução nas jornadas. Em maio, o número de paraenses mortos por conta da COVID-19 já havia triplicado (SESPA, 2020). Por isso, o governador do Estado, Helder Barbalho (MDB), publicou o decreto 008/2020 anunciando medidas drásticas para diminuir os casos: o *lockdown*.

Ilustração 1 – Evolução COVID-19 Pará em 2020



Fonte: G1, com dados da SESP (2020).

Esse cenário de crise escondia outra crise. Durante esse período, 37 mulheres foram mortas (SEGUP, 2020) – um aumento de 17% em relação a 2019, o que colocou o Pará como o Estado que mais matou mulheres durante o primeiro ano de pandemia. Essas informações, no entanto, contrastam com a redução de 42% no número de ocorrências feitas entre março e abril de 2020, quando comparadas com o mesmo período de 2019 (SEGUP, 2020). As explicações para isso podem estar relacionadas com o confinamento — medida necessária para o controle da doença, mas que aumentou o tempo de contato entre mulheres e seus agressores, que, geralmente, são seus companheiros (SEGUP, 2020). Isso dificultou as denúncias, uma vez que havia menos possibilidade da mulher conseguir sair de casa.

Nesse processo, as redes de proteção às mulheres, sejam institucionais ou familiares, são fundamentais na garantia de segurança. As Delegacias de Atendimento Especializado à Mulher (DEAM) e os canais do disque 180 e 190 são os mais populares que oferecem suporte. Contudo, durante a pandemia, as mudanças impostas para controle da doença provocaram transformações

até na forma de pedir ajuda em casos de violência. Uma vez que, a impossibilidade de contatar redes institucionais (presencialmente) e familiares de apoio dificultava ainda mais a vida de mulheres em situação de violência. Por isso, o Pará desenvolveu redes de acolhimento e direcionamento jurídico.

Quadro 1 – Os dispositivos legais de proteção e acolhimento às vítimas de violência

ACOLHIMENTO /DENÚNCIAS	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM)	As DEAM's são unidades especializadas da Polícia Civil que realizam ações de prevenção, proteção e investigação dos crimes de violência contra as mulheres.
	PARÁPAZ MULHER	O ParáPaz Mulher (PPM), que faz parte do ParáPaz Integrado (PPI), foi criado para oferecer um serviço especializado às mulheres em situação de violência doméstica.
	Central de atendimento à mulher (LIGUE 180)/	O LIGUE 180 tem por objetivo receber denúncias de violência e orientar as mulheres sobre seus direitos.
	Patrulha Maria da Penha	A patrulha funciona com revezamento de 20 policiais militares, que fazem visitas semanais às mulheres
SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	Coordenadoria de Integração de Políticas para Mulheres	A Coordenadoria de Integração de Políticas para Mulheres formula, coordena e executa políticas públicas de proteção, defesa e promoção dos direitos da mulher.
	Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Pará	A Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Pará tem objetivo de receber denúncias de violência contra as mulheres e acompanhar programas de equidade de gênero.
	Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar	A Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar funciona como Órgão Permanente de Assessoria da Presidência do Tribunal de Justiça.
	Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (NEVM)	É responsável por receber todas as ocorrências de violência registradas na modalidade de serviço telefônico e encaminhar a notícia crime aos órgãos responsáveis.
	Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero - (NUGEN)	O NUGEN é um núcleo voltado para prestar assistência jurídica integral e atendimento psicossocial.

Fonte: Elaborado pela autora, com informações da Cartilha do Ministério Público do Estado do Pará – Mulheres na Pandemia de Covid-19.

Mesmo com a existência desses instrumentos de apoio às mulheres, nesse período, elas tinham o acesso dificultado aos serviços. No Pará, mulheres vítimas de violência podiam registrar um boletim de ocorrência na delegacia virtual ou conversar com um agente de segurança por meio de um aplicativo de mensagem instantânea. Para as que estavam já em situação de Medida Proteti-

va, o aplicativo “SOS Maria da Penha” foi disponibilizado para atender as demandas relacionadas ao descumprimento das medidas.

Contudo, é importante questionar a efetividade dessas redes de proteção no Estado, uma vez que, mesmo antes da crise sanitária, o Pará já era um dos Estados mais inseguros para a vida das mulheres. Alguns fatores podem ser relacionados com esse quadro sistêmico, além da cultura de machismo e patriarcado vivido no país, como baixo contingente policial nas ruas, despreparo nos órgãos e dos profissionais que devem acolher as denúncias e as mulheres, falta de estrutura nas delegacias e defasagem nos protocolos de atendimentos às vítimas.

Segundo dados da SEGUP (2020), até 2020, o Pará, com 144 municípios, contava com 18 DEAM's, sendo 1 em Belém, 1 em Ananindeua, 1 em Marituba e 15 nos interiores – o que representa uma cobertura estadual insuficiente diante do tamanho do Pará. Além disso, é comum as delegacias dos interiores ainda acumularem competências relacionadas à proteção de crianças, adolescentes e idosos. Ao pensar em municípios mais afastados da Região Metropolitana de Belém (RMB), deve-se considerar as distâncias a serem percorridas até a capital, em busca de atendimento. Existem dificuldades de transporte, de comunicação e logística para que se chegue em determinadas áreas do Pará – Custo Amazônia. Para as mulheres que vivem distantes de Belém, em localidades que não existem delegacias especializadas, não existem políticas públicas eficientes que as protejam.

Outro fator que também deve ser contabilizado ao analisar a VD durante a pandemia de Covid-19 é a renda. Conforme nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), demonstrou-se que, nos anos 2000, o IDHM¹ da RMB era de 0,5, considerado baixo. Em 2017, o índice aumentou para 0,7, refletindo as melhorias na vida da população paraense. Contudo, a pandemia acirrou novamente as desigualdades, refletindo as dificuldades no acesso à moradia, à alimentação, à saúde e à educação. Durante esse período, 5,8 milhões de pessoas passaram a viver em condições de extrema pobreza (IBGE, 2022).

Em se tratando de mulheres que viviam em situação de violência, a possibilidade de sair do núcleo familiar era muito baixa, pois, sem renda, sem acolhimento e amparo legal para romper com o ciclo de violência, como mulheres do interior, por exemplo, podem sair? Um processo que consiste em violações sistêmicas que destituem a mulher de identidade, sendo ela afetada pelo “desemprego, impossibilidade de pagar o aluguel, perda da moradia e, portanto, do endereço, perda dos colegas e dos amigos, esfacelamento da família, cortes estes responsáveis pelo isolamento do cidadão” (SAFFIOTI, 2015, p.12).

2. A Violência Retrutada no Jornalismo

A necessidade de conhecer e saber o que se passa ao redor é algo que faz parte da essência do ser humano. É por isso “que as notícias têm um papel fundamental no dia-a-dia das pessoas, permitindo-nos estar permanentemente informados e, dessa forma, dispomos de informação suficiente para sabermos qual o caminho a seguir perante determinadas situações com que somos confrontados.” (KOVACH; ROSENTIEL, 2004, p. 15-16). Através do jornalismo, as pessoas têm a possibilidade de satisfazer este instinto de conhecimento, tendo inclusive a possibilidade de se fazer ouvir e de colocar na agenda os principais problemas da sociedade, debatê-los e procurar uma solução (KOVACH; ROSENTIEL, 2004).

¹ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

O papel dos jornalistas, enquanto agentes ativos na sociedade, e não observadores passivos na produção e difusão de notícias, é determinante na organização do cotidiano, na visibilidade pública que atribuem aos acontecimentos e na construção social da realidade, a qual não pode ser dissociada do trabalho de exclusão, seleção ou relevo dado a determinado aspecto do acontecimento (TUCHMAN, 1978). Sodré (2008) afirma que a mídia é mais do que uma estrutura ou tecnologia, mas configura-se como espaço de criação de subjetividades do ser humano. Esse lugar ocupado pelas mídias demonstra tamanha influência que elas possuem.

Um elemento essencial para a definição de noticiabilidade são os chamados valores-notícia (*newsmaking*), os quais se aplicam em todas as fases da atividade jornalística, surgindo desde quando se avalia a noticiabilidade do acontecimento, prosseguindo no restante percurso da atividade jornalística, até à apresentação e edição dos noticiários. Tem ainda influência no próprio público, o qual, contagiado e estimulado pelos critérios dominantes, acaba, em muitos casos, na sua avaliação da informação, por se socorrer desses mesmos critérios – e até os exigir a própria mídia (CORREIA, 1997). O processo de produção das notícias implica em uma série de procedimentos que qualificam um fato como notícia. Esses são os chamados critérios de noticiabilidade/valores-notícia. Segundo Mauro Wolf (1994, p. 86), o papel desses critérios é estabelecer um processo de decisão e de escolha realizado rapidamente “[...] Os critérios devem ser fácil e rapidamente aplicáveis, de forma que as escolhas possam ser feitas sem demasiada reflexão”.

Um exemplo da potência dos veículos noticiosos é o caso criminal de Suzane Von Richthofen. Um crime ocorrido em 31 de outubro de 2002, em que Suzane, juntamente com o namorado Daniel Cravinhos e o cunhado, Cristian Cravinhos, assassinaram os pais da jovem. A mídia ocupou-se por várias semanas do caso, expondo em rede nacional todos os detalhes do crime, bem como sobre a vida íntima dos acusados e das vítimas. Ademais, no ano de 2006, o promotor de justiça do caso pediu a prisão preventiva de Suzane, uma das justificativas utilizadas foi a entrevista dada por ela ao programa televisivo *Fantástico*. Vale ressaltar que alguns fatores determinam como a pessoa será retratada – gênero, condição social, idade, identidade racial, entre outros. No caso da Suzane, apesar do assédio da mídia, sua imagem foi preservada por ela ser uma mulher branca com boas condições financeiras.

No caso acima, a atuação do jornalismo contribuiu com a condenação de pessoas culpadas por um crime. Porém, é comum que, em casos referentes à violência doméstica, o comportamento seja outro, em especial se as vítimas dos crimes são mulheres, sobretudo, negras e pobres. A imprensa muitas vezes reforça estereótipos e um movimento de culpabilização da vítima ao abordar aquela morte de forma sensacionalista, desrespeitando a vítima. É comum, em notícias sobre violência contra mulher, a veiculação de imagens e a exploração de determinados aspectos da vida íntima da vítima, que, em geral, não acrescentam nada em termos de informação (PRADO; SANEMATSU, 2017; MIGUEL; JARA; SOUZA, 2018).

Os critérios de noticiabilidade fazem parte do processo de produção das notícias, estando localizados no dia a dia das redações as chamadas rotinas jornalísticas. A construção de notícias está ligada e sofre influências determinantes de todo o contexto sociocultural e dos usos e costumes da sociedade (WOLF, 1994). Os processos de *newsmaking* ocorrem num sistema sociocultural. Intuitivamente, podemos mesmo afirmar que “o processo de fabrico e construção das notícias sofre uma ação formadora por parte do sistema sociocultural em que se insere.” (SOUZA, 2000, p. 85). Logo, esta teoria aponta que como surgem as notícias, assim como o seu conteúdo,

são influenciadas por diversos fatores, entre os quais, a ação que os vários atores da sociedade podem exercer sobre elas.

3. Aportes Metodológicos

Durante a investigação sobre a temática da VD, foi selecionado o Portal *OLiberal* como objeto desta pesquisa. A escolha se baseia na importância deste na história do Pará, com base no alto número de acessos aos conteúdos noticiosos produzidos por ele, bem como a facilidade de acesso aos materiais e a disponibilidade de informações sobre quem escreveu, datas de publicação e fontes das informações descritas nos textos. O período selecionado foi o ano de 2020, o primeiro ano da pandemia de COVID-19 no Pará. Foram encontradas 06 matérias. A pesquisa foi feita por palavras-chave no buscador do portal *OLiberal*. Assim, foram delineados os seguintes objetivos específicos, considerando a correlação das matérias com os dados estatísticos da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) e do FSBP sobre violência doméstica: a) identificar as estratégias jornalísticas utilizadas; b) definir um perfil das mulheres que estão nas matérias; c) definir um perfil dos homens que estão nas matérias.

Utilizou-se 3 palavras-chave: violência doméstica, violência contra mulher, feminicídio. É importante salientar que o *corpus* foi composto apenas pelas notícias cuja temática central esteja relacionada à VD. Não foram selecionados textos nos quais, por exemplo, algum especialista fala sobre medidas que devem ser adotadas para o combate desse crime, entre casos similares. Dessa forma, reitera-se que o intuito deste trabalho é analisar o conteúdo das reportagens sobre casos de violência contra a mulher. Por meio de deduções e processos técnicos de validação, a AC visa explicar o objetivo das comunicações analisadas. Segundo Laurence, “a intenção da Análise de Conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2011, p. 40).

A AC se divide em 3 fases: a pré-análise, a exploração do material e interpretação. Na primeira etapa, foi realizada a pesquisa no site *OLiberal* e levantamento prévio do material. Definidos os veículos e o tempo a serem analisados, passou-se para a próxima etapa, que consistiu em uma leitura flutuante das notícias apresentadas para averiguar como seriam conduzidas as análises. A leitura flutuante é definida por Bardin (2011) como uma familiaridade preliminar com os objetos que serão analisados. É por meio desta proximidade inicial que o pesquisador pode formular e inferir as conjecturas hipotéticas e os principais objetivos preteridos de sua análise. Após isso, foi feita a sistematização dos materiais encontrados em pastas e tabelas, bem como a aplicação dos aportes teóricos e análises dos materiais.

3.1. OLiberal

Deriva de um jornal impresso, de mesmo nome, fundado em 1946, no Pará. Inicialmente, ele circulava pela capital todos os dias, às 16 horas, com 4 páginas apenas, contando um pouco do governo do general Magalhães Barata. Em 1966, o empresário Rômulo Maiorana comprou a empresa de jornais e fez muitas transformações. Reduziu o caráter político, dando espaço para notícias mais factuais da cidade, aumentou o número de funcionários na redação e investiu na qualidade do jornal, trazendo para Belém o sistema de impressão a frio, uma grande inovação para a época. Na década de 1990, as impressões do jornal já eram 100% coloridas. A expansão ocorreu não apenas

nas estruturas internas, mas implicou na criação de novos setores, como o rádio, a televisão e o portal de notícias.

Hoje, o Grupo Liberal possui uma TV afiliada da Rede Globo e jornais locais em cidades do sul e sudeste do Pará. O portal *OLiberal* está seccionado em 8 editoriais, que trazem fatos do Pará e do Brasil, sendo: últimas, esporte, política, cultura, tecnologia e mercado, política, jogos online e rádio liberal. As matérias recebem uma categoria que vem acima da manchete, responsável por qualificar a qual área aquele assunto se relaciona, se é esporte, eventos, entre outras. As notícias relacionadas às violências ocorridas no Pará, recebem a categoria amazônia, escrita em um fundo vermelho.

4. Violência Doméstica no Jornalismo

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher², de 1994 (CIDH, 2019), alude nove medidas e propagandas específicos que devem ser adotados pelos Estados para combater a violência contra a mulher. Uma delas compete aos meios de comunicação, a saber, a disposição “g” do artigo 8, que prevê que os Estados devem incentivar a formulação de “[...] diretrizes adequadas de divulgação, que contribuam para a erradicação da violência contra a mulher em todas as suas formas e enalteçam o respeito pela dignidade da mulher” (CIDH, 2019, p.4).

Durante o período analisado, ano de 2020, primeiro ano da pandemia de COVID-19, foram publicadas 06 notícias, sendo 05 de violência doméstica que resultaram em feminicídio e 01 tentativa de homicídio. Dessas, 05 factuais e 01 suíte. Apenas 01(16,6%) matéria é referente ao Pará, ainda considerando que o crime não ocorreu no Estado, mas sim em Brasília. A relação com o Pará se estabelece pelo fato de que a vítima era paraense. No entanto, neste ano, foram registrados 66 ocorrências relacionadas a crimes contra mulher (feminicídio) pela SEGUP. Logo, o Portal *OLiberal* apresentou apenas 1,5% dos crimes registrados no Pará, mesmo sendo um portal de notícias com predomínio local.

Quadro 1 – Dados sobre feminicídios no Pará em 2020

	Feminicídio no Pará				Aumento (%)
PARÁ	N.A	Taxa (%)	N.A	Taxa (%)	38,9%
	47	1,1	66	1,5	

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021).

Quadro 2 – Notícias publicadas no Portal *OLiberal* em 2020

	N01	N02	N03	N04	N05	N06
Manchete	‘Papai mau matou a mãe’, diz filha que presenciou feminicídio	Homem degola a companheira e posta foto do corpo nas redes sociais	Corpo de mulher que sumiu há 10 dias estava no quintal do ex	Caso Mariana Bazza: acusado de estupro e assassinato pega 40 anos de prisão	Mulher acaba em cadeira de rodas após ex pagar R\$ 18 mil para matá-la	DJ mata ex-namorada a tiros e depois comete suicídio

² A entrada em vigor da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) mostrou-se fundamental para comprometer os Estados com a implementação de diversas iniciativas de abordagem da violência contra a mulher (CIDH, 2019).

Local	São Paulo	Pará	São Paulo	São Paulo	São Paulo	Salvador
Data	18/03/20	20/08/20	25/08/20	26/08/20	01/12/20	10/12/20
Crime	Feminicídio	Feminicídio	Feminicídio	Homicídio	Tentativa de feminicídio	Feminicídio

Fonte: Elaborado pela autora.

O comparativo acima permite inferir que há predomínio de notícias sobre crimes ocorridos em outros Estados da Federação, principalmente, no Sudeste, mesmo em site de notícias regional. Isso é reflexo de um processo histórico de exclusão e preconceito que a região Norte sofre, sendo invisibilizada em vários sentidos. Neste caso, se tratando de violência, as consequências da falta de representação se refletem no entendimento de que não há violência no Pará, uma vez que a mídia consegue agendar os assuntos considerados importantes para a sociedade (MCCOMBS, 2004)³.

O problema disso é que a falta de visibilidade pode reverberar nas políticas públicas desenvolvidas para sanar tal fato, uma vez que, não enxergar a situação, significa que ela não ocorre e não carece de atenção. As análises feitas apontam para o jornalismo como uma instituição que, por meio de estratégias inerentes ao campo, atua como co-participante na violação de mulheres. A primeira ferramenta jornalística que será tratada é a manchete. Segundo Rosa Pedroso (2001), as manchetes são construções de sentido que carregam intencionalidade em dizer algo, seja explícito ou implícito.

Quadro 5 - Manchetes das notícias analisadas

	N01	N02	N03	N04	N05	N06
Manchete	'Papai mau matou a mamãe', diz filha que presenciou feminicídio	Homem degola a companheira e posta foto do corpo nas redes sociais	Corpo de mulher que sumiu há 10 dias estava no quintal do ex	Caso Mariana Bazza: acusado de estupro e assassinato pega 40 anos de prisão	Mulher acaba em cadeira de rodas após ex pagar R\$ 18 mil para matá-la	DJ mata ex-namorada a tiros e depois comete suicídio

Fonte: Elaborado pela autora.

No caso das notícias selecionadas, o propósito das manchetes é envolver o público-leitor em uma trama, gerando uma expectativa de consumir uma história dramática, cruel e interessante. Mas, também, perpetuar noções preconceituosas, que fomentem a violência e culpabilizem as mulheres. Vale ressaltar que, a construção de narrativas sensacionais não é uma exclusividade dos casos de violência, mas do jornalismo contemporâneo, como afirma Barbeiro e Rangel (2006): "o espetáculo cria – em jornais, revistas e emissoras televisivas – um grande "palco" onde não parece mais importar como a notícia deve ser passada, apenas que deve ser veiculada com "êxito".

³ Uma consideração válida aqui é a feita do MCCOMBS (2004): a mídia tem poder de agendar os assuntos discutidos pela sociedade, mas os indivíduos não são entendidos como apáticos ou apartados de opinião. Há uma troca entre o que é veiculado e os assuntos que o público tem interesse.

Mulher acaba em cadeira de rodas após ex pagar R\$ 18 mil para matá-la

Ex-marido parcelou pagamento a criminosos, que simularam assalto a farmácia

Fonte: Portal *OLiberal* (2020).

Semanticamente, a escolha de utilizar a palavra “mulher” como sujeito (agente), primeiro termo da frase, a coloca em posição ativa na frase “acaba em cadeira de rodas” (ação), imputando-a a responsabilidade sobre a violência que sofreu. Além disso, o uso da palavra “acaba” gera uma ideia que, pelo fato dela estar utilizando cadeira de rodas, sua vida será inferior, caracterizando não apenas violência de gênero, mas também capacitismo. A menção feita ao homem, vinda em seguida da palavra “após”, diminui a importância que ele tem no crime. Logo, a linguagem jornalística adotada nos textos que tratam de crimes é uma das estratégias que está a serviço da lógica patriarcal que (re)violenta mulheres.

A análise dos crimes transformados em notícias apontou que, no geral, o jornalismo seleciona narrativas que obedecem, às estatísticas do Ministério de Segurança Pública, o *modus operandi* preponderante nos casos de violência doméstica: o uso de armas brancas (facas e estiletes) e armas de fogo (pistolas). Em 04 (66%) dos 06 crimes, é possível observar a presença desses dois elementos como meio de morte da vítima. Contudo, quando há emprego de meios incomuns no crime, este fato é utilizado como ponto fulcral na manchete, garantindo destaque à matéria (manchete e texto). Nelson Traquina (2005, p. 79) definiu a morte como primeiro valor-notícia, porque “todos seremos notícias pelo menos uma vez na vida – no dia seguinte à morte, ou nas páginas interiores, ou com destaque da primeira página.” Mas, ele afirma que, para realçar a notícia, o jornalismo se ocupa de explorar o que há de mais impactante no fato da morte”.

Outro ponto que desperta inúmeras críticas, principalmente do Movimento Feminista Brasileiro, com relação ao trabalho jornalístico das notícias sobre violência contra mulher, é a superficialidade com que a temática é tratada. Isso pode ser percebido quando se observa o uso das palavras “violência doméstica” ou “feminicídio”. Em 03 (50%) matérias foram utilizados os referidos termos. Em 02 (33%), esse uso foi, ao longo do texto, excluindo-se o *lide*. No jornalismo, o *lide* é uma lógica de organização das principais informações para facilitar o entendimento do leitor. Assim, a escolha de mencionar os termos “violência doméstica” ou “feminicídio” fora dessa zona de atenção do público releva um descompromisso jornalístico com a questão das mulheres.

Pedro Paz (2018) argumenta que esse fato pode ser justificado pela escolha jornalística de termos que sejam mais comuns ao público, para a notícia conseguir ser compreendida pela maior parte da população, independente do nível de instrução. Para ele, é dever da polícia imputar significado aos crimes, logo, a classificação depende das fontes oficiais. Contudo, essa afirmação torna-se questionável, uma vez que há recorrência desse tipo de crime na sociedade brasileira, de acordo com dados estatísticos da Organização das Nações Unidas (ONU) e Ministério de Segurança Pública, apresentando uma vivência social permeada pela violência doméstica. Vale ressaltar, ainda, que a escolha das fontes e dos termos utilizados revela qual discurso jornalístico será validado, uma vez que será visibilizado.

Quadro 6 – Relação da fonte com as categoriais criminais

	N01	N02	N03	N04	N05	N06
Fontes	Polícia civil	Polícia civil	Polícia civil	Polícia civil	Polícia civil	Polícia civil
Uso da palavra ‘feminicídio/’ ‘violência doméstica’	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não

Fonte: Elaborado pela autora.

Logo, pode-se apontar que existe desinteresse em se aprofundar nas dinâmicas que envolvem a violência doméstica, porque refletir sobre um problema multicausal como este pressupõe assumir a parcela de responsabilidade que cabe a cada um dos indivíduos como mantenedores de uma cultura de violência contra a mulher. Trazer essa discussão para uma matéria significa ampliar os olhares para uma estrutural social de perpetuação da violência.

A simplicidade é um aspecto detectado não apenas no que tange a compreensão acerca da violência, mas está presente no próprio espaço do texto. As narrativas são curtas, em média tem 240 a 400 palavras (1 página). No geral, os textos possuem informações primárias sobre o crime, presentes no *lide*, quem foi a vítima, quem foi o autor, onde ocorreu, quando e quais os procedimentos já foram adotados pelos órgãos responsáveis. Nestes espaços, os jornalistas utilizam para expressar suas opiniões, por meio da utilização de adjetivos que qualifiquem a história, como “assassinato brutal” e “morte covarde e brutal”.

No *lide*, um fato que desperta atenção é a identificação das mulheres envolvidas nos casos, com nome, idade e rosto expostos na matéria. Nas 06 notícias analisadas, é possível perceber essa prática. Um ato que fere o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, capítulo II, sendo vedados aos profissionais de comunicação “expor pessoas ameaçadas, exploradas ou sob risco de vida, vedada a sua identificação, mesmo que parcial, pela voz, traços físicos, indicação de locais de trabalho ou residência, ou quaisquer outros sinais” (FENAJ, 2022).

A linha tênue entre a informação e a superexposição de um fato é um conflito presente no jornalismo brasileiro. Além da questão do reconhecimento dos envolvidos, há, nos textos, descrições detalhistas sobre a cena do crime e estado do corpo das vítimas. Em 04 (66%) das 06 matérias, foi utilizada esta estratégia. Em agosto de 2020, o portal publicou a notícia sobre o corpo de uma mulher ter sido encontrado na casa do ex-companheiro. “O corpo dela foi encontrado enterrado na casa do ex-companheiro. [...] O corpo de Rosana estava em avançado estado de decomposição, em uma cova aberta no quintal.” (OLIBERAL, 2020).

Outro problema muito frequente na cobertura de casos de violência doméstica é ausência de serviços de proteção e ajuda às mulheres. Veicular esses serviços de atendimento gratuitos, oferecidos pelo Estado, é uma forma de estimular a população a denunciar casos de violência. Contudo, em nenhuma das matérias são oferecidos os serviços. Em contrapartida, há, por parte dos jornalistas, uma necessidade em apresentar possíveis motivações dos crimes, que, no geral, estão relacionadas a relacionamentos amorosos. Nesse ponto, a estratégia jornalística utilizada consiste em imputar ao outro uma informação dada na matéria, como no caso Sônia Luz, uma mulher morta pelo marido (N02). Segundo a notícia, “informações preliminares obtidas pela Polícia Civil

apontam que homem cometeu crime por achar que estava sendo traído.” (OLIBERAL, 2020). O problema dessa escolha é vincular a conduta de mulheres, no caso suas escolhas amorosas, à violência da qual elas são vítimas.

4.1. Quem são as Mulheres que Aparecem nas Notícias?

Nos conteúdos das matérias que foram produzidos pelo Portal *Oliberal*, as análises apontam para a perpetuação de estereótipos e comportamentos esperados para as mulheres. O uso dessa estratégia configura uma inversão de culpa e responsabilidade sobre os crimes às próprias mulheres, quando elas não se enquadram no padrão esperado. Além de reforçar os papéis socialmente atribuídos aos gêneros, esse tipo de narrativa também atua como justificativa para atitudes machistas e misóginas que culminam na violência.

Pode-se perceber que aspectos que configuram algum tipo de conduta transgressora são os preferidos para serem explorados nas narrativas, como a sexualidade e a moralidade. Além disso, a principal justificativa para o cometimento dos crimes é o rompimento amoroso, definindo a mulher como culpada pela violência, uma vez que ela não quis reatar o relacionamento. Das 06 matérias, 03 apresentam como motivação do crime a separação do casal. Como se nota em “Isso porque (o crime) em setembro, segundo familiares, ela pediu o divórcio ao marido, com quem mantinha um casamento de cinco anos. “Foi aí que descobrimos que ele tentava agredi-la”, contou o parente.”.

Outro ponto problemático revelado por esta pesquisa refere-se ao perfil das mulheres que aparecem nas notícias, em sua maioria, mulheres brancas. Das 06 matérias analisadas, 05 estão relacionadas a pessoas brancas. Essa informação contrasta com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que, em 2020, apontou as mulheres negras como as principais vítimas de violência doméstica no Brasil, cerca de 28%. Isto está relacionado a uma combinação de fatores que atinge mulheres negras: o racismo estrutural e a violência de gênero. A invisibilidade das narrativas que envolvem esse grupo é mais uma das falhas da cobertura jornalística em casos de violência doméstica.

Quando há rompimento desse cenário, as mulheres negras são retratadas com estereótipos racistas de promiscuidade e falta de caráter. Na única matéria analisada em que uma mulher negra, Sônia, apareceu, sua imagem veio atrelada a uma suposta traição que ela teria cometido, sendo esta a motivação de seu assassinato. É comum também que o jornalismo busque, nestes casos, explorar os corpos (estado) e o modo de morte, como em “a Polícia Militar foi ao local e encontrou Sônia morta, no sofá da sala [...] Ele cortou o pescoço da companheira.”. Essa prática jornalística fere o artigo 11º do Código de Ética dos Jornalistas, que veda a divulgação de informações de caráter mórbido e sensacionalista.

O jornalismo, enquanto instância de produção de sentidos, é responsável pela criação de noções sobre os temas que trata (WOLF, 1994), para isso, ele mobiliza fatos que ajudam a construir um panorama. Contudo, quando se trata da mulher, sua vida é resumida ao momento da morte, resultando em apagamento ou sub-representação de mulheres em narrativas de violência doméstica. É visível a ausência de informações sobre elas anteriores ao crime, como formação profissional, trajetória acadêmica, projetos de vida, entre outros, como se o único lugar que lhes coubesse fosse o de vítima da situação, com inviabilização de sua vida e experiências anteriores (CARTER, 1998).

Logo, as mulheres que ilustram as matérias sobre violência doméstica são retratadas superficialmente, sob a lente da cultura patriarcal onde a sociedade vive, enviesada por questões como



racismo. É impossível contabilizar o impacto que essas histórias contadas erradamente produzem, em especial, nas famílias dessas mulheres, que, além do sofrimento pela dor da perda, tem que lidar com as informações maldosas que circulam manchando as imagens das mulheres. Assim, o machismo estrutural, a cultura misógina, a violência sistêmica contra mulheres e outras questões importantes nessa discussão não são consideradas. As mulheres se tornam personagens secundários em histórias que tratam delas, contadas por e para homens. Eles têm um espaço privilegiado nos textos, com a oportunidade de contarem suas versões, que estampam muitas vezes as manchetes das matérias.

4.2. Quem são os Agressores?

Uma peça fundamental nas narrativas sobre violência doméstica é o papel desempenhado pelos homens – principal acusado de cometer atos violentos. Em todas as 06 matérias analisadas, os homens são os alvos de mulheres. Em geral, eles possuem algum tipo de envolvimento amoroso com as mulheres, como namorados e maridos. Esse perfil corresponde aos dados do FBSP (2020), que apontam pais, maridos e irmãos como responsáveis por mais 50% dos crimes de violência doméstica cometidos em 2020. Dado o papel ativo dessas figuras na prática dos crimes, o primeiro ponto a ser destacado sobre como jornalismo os retrata é referente à responsabilização que eles têm nos atos. Nos textos, em sua maioria (04 dos 06 analisados), os agressores são representados como incapazes de serem responsabilizados por seus atos. A imputabilidade se dá pelo uso de expressões que reforcem o sentimento de raiva como precursora de um estado de fúria ou loucura, em que o homem fica fora de si. O gatilho para esse estado é, no geral, o comportamento de uma mulher.

Isso se mostra como um problema porque naturaliza a violência em razão de gênero, como algo que está relacionado com a natureza masculina. É como se homens estivessem liberados para terem atitudes violentas por serem contrariados e isso ir contra a biologia deles. Essa questão está presente na vida em sociedade e pode ser percebida nos crimes, em como o autor se sente confortável o suficiente para cometer crimes contra mulheres em ambientes públicos, sendo reconhecido. Tornar uma violência pública é uma demonstração transparente de posse desse lugar de detentor da força física, da invencibilidade e necessidade de validação de suas vontades. Um exemplo disso é o caso de uma mulher morta a tiros pelo ex namorado, “as apurações da Polícia Civil revelaram que os disparos foram efetuados por volta das 7h15. A vítima passava com o seu cachorro quando tudo ocorreu.” (OLIBERAL, 2020).

Casos de violência doméstica, em específico, feminicídios, são considerados por especialistas como mortes que podem ser evitadas, uma vez que há uma escalada de violência antes do assassinato. Contudo, nas notícias deste estudo, nota-se que não há detalhamento sobre o histórico de violência cometida pelo homem. Em apenas 02 das 06 matérias, pode-se perceber esse aspecto. A ausência desse contexto coloca a violência contra a mulher como um fenômeno pontual e isolado, em que não há como combatê-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem por objetivo mostrar a representação jornalística de casos de violência doméstica ocorridos durante o primeiro ano da pandemia de COVID-19. O processo de produção das notícias sobre o tema referido acima é contaminado por práticas machistas e antiéticas, predomina-

minando a escolha de acontecimentos que agreguem mais valor-notícia de morte (TRAQUINA, 2005). Ademais, pode-se perceber uma invisibilidade na cobertura do Portal *OLiberal*, sobre esse tipo de crime no Pará, haja vista que apenas 01 notícia estava relacionada à região. Isso mostra como ainda existe, mesmo que em portais de notícias que cobrem o Pará, resistência em contar as narrativas locais.

Outro ponto de reflexão é referente à abordagem superficial da violência, em detrimento do destaque de aspectos cruéis da morte. Há uma necessidade de vender a notícia como um filme de horror, apresentando o sofrimento da mulher, a situação de medo, o olhar das testemunhas, o estado onde o corpo foi encontrado (no caso das vítimas fatais)/estado da mulher (no caso de vítimas sobreviventes). O agressor é retratado como mero personagem, em sua maioria, homens com os quais a vítima se relacionava afetivamente, sem haver qualquer prejuízo à sua imagem. É preciso agregar à discussão a persistência do machismo e da cultura da violência enraizada nas sociedades.

Para aprofundar a cobertura sobre crimes, é necessário que haja amplificação na divulgação de dados sobre violência doméstica para que ela seja compreendida como fruto da desigualdade de gênero. Além disso, a imprensa precisa de fontes disponíveis e acessíveis: representantes dos sistemas de segurança pública e justiça, gestores de políticas públicas e profissionais dos serviços de atendimento e assistência a mulheres, parlamentares, pesquisadores, ativistas de movimentos sociais e outras pessoas que tenham experiência e/ou sejam especialistas no tema. Esse trabalho, com fontes adequadas ao tema, aumenta a qualidade das informações disponíveis sobre violência doméstica.

Por fim, a questão citada acima, sobre dados de violência, se apresentou não apenas como um problema para a realização da pesquisa, mas também um ponto-chave para a construção da mesma, uma vez que houve dificuldade em acessar dados disponibilizados no site da SEGUP, pois não há aba específica para consulta, bem como o site apresenta muitas instabilidades. Foi preciso buscar manualmente as informações, em arquivos maiores, sobre a violência no Estado. Conclui-se que essa pode ser uma estratégia do Governo do Pará para dificultar os acessos a essas informações. Outra forma cogitada pela autora deste estudo foi solicitar informações do Governo Federal via Lei de Acesso à Informação (LAI), porém, os prazos de resposta estipulados pelo governo variam de 20 dias a 1 mês, podendo ser prorrogados – tempo este que inviabilizaria a construção desde estudo. Além disso, com informações consideradas sigilosas não sendo divulgadas sob hipótese nenhuma.

Logo, percebe-se que o jornalismo é uma instituição que contribui para a violência doméstica, porque utiliza estratégias para vender uma notícia. Sem preocupações com o impacto social que elas produzem. Essa realidade se explica por problemas inerentes ao campo como a estruturação e aplicabilidade dos valores-notícia, mas também deve-se considerar o impacto do capitalismo na produção jornalística contemporânea como fatores determinantes nesta problemática.

REFERÊNCIAS

- BARBEIRO, Heródoto; RANGEL, Patrícia. *Manual do jornalismo esportivo*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CARTER, Cynthia. *Quando o extraordinário se torna comum: Notícias diárias sobre violência sexual*. Londres: Routledge, 1998.
- CIDH, Comissão Internacional de Direitos Humanos. *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra A Mulher*. 2019.
- CORREIA, Fernando. *Os jornalistas e as notícias*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.
- CONCEIÇÃO, Thayane Caroline; LEAL S. R., Edson Marcos; DOS SANTOS DE A., Sílvia. Perfil da violência doméstica contra mulheres residentes no município de Belém – Pará – Brasil. Periódico Científico *PMPA EM REVISTA*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 47–57, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.pm.pa.gov.br/index.php/pmpaemrevista/article/view/7>>. Acesso em: 24 jul. 2025.
- FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>>. Acesso em: 26 de novembro de 2023.
- _____. *A pandemia de Covid-19 e os policiais brasileiros*. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/a-pandemia-de-covid-19-e-os-policiais-brasileiros/>. Acesso em: 09 de set. de 2023.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*. 2022.
- GOLDING, Peter; ELLIOTT, Philip. *Making the news*. London: Longman, 1979.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- KOVACH, Bill; ROSENTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. 2.ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- MCCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MIGUEL, K.; JARA, T.; SOUZA, L. O. A Cobertura Jornalística do caso Mayara Amaral: reflexões sobre um feminicídio anunciado. *Comunicação & Inovação*, PPGCOM/USCS, v. 19, n. 40, p. 71-88, maio-ago. 2018.
- OLIBERAL, 2020. Caso Mariana Bazza: acusado de estupro e assassinato pega 40 anos de prisão. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/brasil/caso-mariana-bazza-acusado-de-estupro-e-assassinato-pega-40-anos-de-prisao-1.299878>>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- OLIBERAL, 2020. Corpo de mulher que sumiu há 10 dias estava no quintal do ex. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/brasil/corpo-de-mulher-que-sumiu-ha-10-dias-estava-no-quintal-do-ex-1.299676>>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- OLIBERAL, 2020. DJ mata ex-namorada a tiros e depois comete suicídio. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/brasil/dj-mata-ex-namorada-a-tiros-e-depois-comete-suicidio-1.334747>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

OLIBERAL, 2020. Homem degola a companheira e posta foto do corpo nas redes sociais. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/brasil/homem-degola-a-companheira-e-posta-foto-do-corpo-nas-redes-sociais-1.297921>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

OLIBERAL, 2020. Mulher acaba em cadeira de rodas após ex pagar R\$ 18 mil para matá-la. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/brasil/mulher-acaba-em-cadeira-de-rodas-apos-ex-pagar-r-18-mil-para-mata-la-1.331454>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

OLIBERAL, 2020. “Papai mau matou a mamãe”, diz filha que presenciou feminicídio. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/brasil/papai-mau-matou-a-mamae-diz-filha-que-presenciou-feminicidio-1.250188>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

OPAS; OMS. Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde. *Folha informativa sobre violência contra as mulheres*, 2017.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

PAZ, Pedro Henrique Gomes da. *Hoje, se espremer o espelho, sai sangue: etnografia da produção de notícias de feminicídio para o telejornal JPB 1ª Edição (PB)* / Pedro Henrique Gomes da Paz. — João Pessoa, 2018.

PEDROSO, Rosa Nívea. *A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista*. São Paulo: Annablume, 2001.

PRADO, D.; SANEMATSU, M. *Feminicídio: #InvisibilidadeMata*. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero patriarcado violência*. 2 ed. São Paulo. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SEGUP. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. *Estatísticas 2020*. Disponível em: <<http://sistemas.segup.pa.gov.br/transparencia/estatisticas-2020/>>.

SESPA. SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA DO PARÁ. *Relatório de Gestão Anual*, 2020.

SODRÉ, Muniz. A televisão é uma forma de vida. *Revista FAMECOS*, 8(16), 18–35. 2008.

SOUSA, Jorge. *As notícias e os seus efeitos*. Portugal: MinervaCoimbra, 2000.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística. Uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. *Making News: a study in the construction of reality*. New York: The Free Press, 1978.

UN WOMEN HEADQUARTERS. *COVID-19 and ending violence against women and girls*. UN Women, 2020.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.